



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA - SR/PF/SC

**ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 08490.005814/2021-19

**1. OBJETO**

1.1. Aquisição de materiais, espelhos e móveis para academia da Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC, conforme especificações constantes no Anexo I e demais condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1 ● ACESSÓRIOS	1	Anel flexível para pilates	382256	1	90,15	90,15
	2	Anilhas dúctil 1kg	150571	18	31,63	569,34
	3	Anilhas dúctil 3kg	150571	10	85,67	856,70
	4	Anilhas dúctil 5kg	150571	16	154,60	2.473,60
	5	Anilhas dúctil 10kg	150571	20	299,84	5.996,80
	6	Anilhas dúctil 20kg	150571	10	552,80	5.528,00
	7	Apoio para barra (bíceps)	251307	1	524,97	524,97
	8	Barra "H" (Romana)	370711	1	390,57	390,57
	9	Barra reta 1,5 m	370709	1	511,96	511,96
	10	Barra reta 2,20 m	370710	2	483,45	966,90
	11	Barra reta estribo nas pontas	370711	1	262,45	262,45
	12	Barra reta para pulley giratória 0.50m	370711	1	152,20	152,20
	13	Barra "W"	370711	1	305,91	305,91
	14	Estante/suporte para dumbell 10 pares	385811	1	4.716,47	4.716,47
	15	Estante/suporte para anilhas	385811	2	803,46	1.606,92
	16	Estante/suporte para barras	385811	1	938,30	938,30
	17	Estante/suporte para halter – torre 1kg a 10kg	385811	1	762,38	762,38
	18	Halter par 3kg	261399	1	224,23	224,23
	19	Halter par 4kg	261400	1	283,41	283,41

	20	Halter par 5kg	261397	1	334,79	334,79
	21	Halter par 6kg	261398	1	402,95	402,95
	22	Halter par 7kg	379700	1	473,37	473,37
	23	Halter par 8kg	272802	1	473,16	473,16
	24	Halter par 9kg	448732	1	592,61	592,61
	25	Halter par 10kg	272804	1	679,26	679,26
(Sem grupo)	26	Espelhos com instalação (m²)	150903	23	630,12	14.492,76
	27	Estrado para piso vestiário (m²)	468958	19	133,44	2.535,30
	28	Armário/estante tipo colmeia	150033	2	1.542,32	3.084,63

1.2. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48 da LC nº 123/2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias corridos, contados do envio da Nota de Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de pregão para aquisição de itens que restaram frustrados no pregão nº 01/2021-SR/PF/SC, conforme processo SEI 08492.001541/2020-24.

2.2. O treinamento resistido tem um papel de destaque dentre as atividades físicas, como forma de prevenir problemas de saúde e manter capacidades funcionais, além de poder ser usado com objetivos atléticos e terapêuticos, visando diminuir os afastamentos dos servidores por problemas de saúde que poderão ser beneficiados pela prática esportiva regular.

2.3. Além dos benefícios aos servidores do quadro funcional, a atividade física é obrigatória aos servidores policiais, conforme disposto na IN 88/2014-DG/DPF. Os policiais necessitam manter o preparo físico adequado para participar de missões, bem como mitigar os riscos inerentes à atividade.

2.4. Deve-se ressaltar que tal aquisição se faz útil/necessária em virtude da recente mudança para nova sede da DPF/IJI/SC, cujo prédio prevê espaço específico para o centro de treinamento composto por academia e tatame.

2.5. Importa salientar que as salas necessitam ser aparelhadas com equipamentos atuais e modernos, de melhor qualidade e que atendam aos princípios de ergonomia e biomecânica.

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019.

## 4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto, anexo I deste Termo de Referência.

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo para entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do envio da Nota de Empenho, em remessa única, nos seguintes endereços:

5.1.1. Delegacia de Polícia Federal em Itajaí - Rua Lauro Muller, 73 - Centro - Itajaí/SC;

5.1.2. Deverá(ão) a(s) empresa(s) vencedora(s) instalar(em) todos aqueles equipamentos que forem recebidos desmontados no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da entrega dos bens.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia*;

7.1.1.1. Os objetos devem estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, em especial para os itens do Grupo 1.

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de

Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. **O recebimento de todos os materiais** será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente mediante Portaria publicada em Adiantamento Semanal, a fim de cumprir os Itens 4.3 e 4.5 deste Termo de Referência em conformidade com a [Instrução Normativa 51/2011-DG/PF](#).

10.1.2. Fica a comissão especial de recebimento do presente certame responsável por:

I - Instruir processo de "Licitação: Processo de Pagamento" no SEI, vinculado ao presente processo licitatório;

II - Analisar e conferir o documento fiscal cotejando-o com o objeto da contratação e a entrega do bem e/ou prestação do serviço, realizando essa atividade com prioridade dentre as demais atribuições que possui, verificando especialmente: a) se foi emitido em nome da Unidade Gestora contratante, notadamente quanto à correção do número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ; b) a data de emissão; c) a adequação da descrição do material ou serviço, assim como dos quantitativos, em face das especificações discriminadas na nota de empenho, no instrumento contratual e nos demais documentos que regulamentam a contratação; d) a compatibilidade dos valores do documento fiscal com o preço contratado; e e) a existência de erro ou rasura.

III - Incluir as Notas Fiscais recebidas no processo de pagamento;

IV - Incluir o Termo de Recebimento Provisório (modelo SEI 5181845), atestando o recebimento, e incluindo, quando couber, fotos do material recebido bem como o número de série, no que couber;

V - Encaminhamento ao Núcleo Administrativo para prosseguimento do tombamento dos materiais e pagamento.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.4.1. o prazo de validade;

11.4.2. a data da emissão;

11.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

11.4.4. os valores unitários dos materiais; e

11.4.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão

contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste Item, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;
- 15.1.6. não manter a proposta.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.5. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente

descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

15.2.5.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

15.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.3, 15.2.4 e 15.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.



16.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

16.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.4.1. Valor Global em conformidade com a tabela do Item 1.1 deste Termo.

16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 50.230,09 (cinquenta mil duzentos e trinta reais e nove centavos).

17.2. O custo estimado foi apurado a partir de ampla pesquisa com empresas do ramo conforme mapa de preços SEI 20625724, constante do processo administrativo, atendendo a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020 –SED/ME.

**NÉLSON BREZOLIN ROTTA**

Agente de Polícia Federal  
GTED/SELOG/SR/PF/SC



Documento assinado eletronicamente por **NELSON BREZOLIN ROTTA, Agente de Polícia Federal**, em 22/10/2021, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **20621057** e o código CRC **CE5B1003**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

## **ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA EDITAL Nº 06/2021-SR/PF/SC**

### **DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

#### **1. DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS EQUIPAMENTOS**

- 1.1. Os produtos cotados deverão obedecer aos princípios de ergonomia e biomecânica. Caso não haja observância deste item o equipamento ofertado para o item deverá ser desclassificado.
- 1.2. A estrutura metálica dos equipamentos deverá ser constituída em aço ASTM A-500, sendo os insertos e auxílios pra montagem de polias, mancais e outros em laminados ASTM A-36, com resistência adequada às solicitações envolvidas, bem como aos fatores de fadiga, presentes no uso exaustivo ao longo de sua vida útil, ou constituída de materiais com qualidade similar ou superior.
- 1.3. As partes cromadas deverão sofrer depósitos em cromo após polimento, além de uma camada em cobre eletrolítico e níquel, de maneira a assegurar uma capa de proteção resistente e duradoura, ou sofrer outros processos que garantam qualidade similar ou superior.
- 1.4. Os elementos de fixação, como parafuso, estojos, porcas entre outros deverão ser de alta resistência e em aço, garantindo maior segurança, ou em matérias com qualidade similar ou superior.
- 1.5. Deverão ser empregadas, nos locais de maior risco, arruelas de pressão e porcas auto blocantes, evitando assim a possibilidade de afrouxamento.
- 1.6. A pintura dos elementos estruturais deverá ser tratada por meio de banhos químicos sucessivos e especiais, garantindo assim a inibição de qualquer processo ativo de corrosão nos elementos tubulares, ou tratamento com qualidade similar ou superior. Após o tratamento químico deverá procede-se a pintura por processo eletrostático, ou por processos que garantam qualidade similar ou superior.
- 1.7. Os cabos deverão possuir proteção termoplástica (nylon) do tipo 6 x 37 AF, resistentes ao uso contínuo do aparelho, ou materiais que garantam qualidade similar ou superior. As polias e mancais deverão ser fabricadas em termoplástico especial (poliamida) e munidas de rolamentos blindados do tipo SKF ZZ de dupla vedação, ou em materiais com qualidade similar ou superior.
- 1.8. Os acabamentos deverão ser fabricados em material flexível de fácil adaptação.
- 1.9. As placas de peso deverão ser fabricadas em ferro fundido cinzento cortados a laser.
- 1.10. As hastes de guia das placas deverão ser em aço inoxidável ASTM A 240 GR 304 polido, garantindo ao sistema de pesos deslizamento macio e com menor coeficiente de atrito, ou em material com qualidade similar ou superior.
- 1.11. O estofado deverá ser confeccionado com compensado virola do tipo naval, cobertos com espuma automotiva de alta densidade (D-80), resistente a eventuais deformações permanentes e revestido com tecido de baixa absorção adequado ao uso intensivo do equipamento, ao suor, desgaste e produtos de limpeza, permitindo ainda fácil remoção, ou que seja fabricado com materiais com qualidade similar ou superior.
- 1.12. Os equipamentos que possuírem colunas de peso deverão apresentar carenagem construída em

chapa de aço de 2mm com 800mm de altura, conferindo ao aparelho maior segurança, ou em material com qualidade similar ou superior.

1.13. Os equipamentos deverão apresentar placas indicativas com o nome do equipamento e instruções básicas de uso e segurança.

1.14. Os pinos de gatilho deverão ser usinados em aço, os rolamentos usados deverão ser blindados, as buchas deverão ser em poliamida, as molas deverão ser em aço especial, as soldas deverão ser feitas com processo tig e mig de anti-corrosão, os cabos deverão ter sistema de ajuste de tensão, ou que todos sejam produzidos em materiais com qualidade similar ou superior.

1.15. Os estofamentos serão na cor preta, enquanto a estrutura será na cor cinza escuro (grafite) ou similares a critério da fiscalização. Os itens em acrílico serão no padrão *black fumê*.

## **2. DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS**

### **2.1. GRUPO 1 - ASSESSÓRIOS**

#### **1 Anel flexível para pilates**

- Produzido com cinta metálica de alta resistência, revestido com tubo plástico e dupla pegada de EVA, proporcionando segurança e conforto na execução dos exercícios.
- Dimensões mínimas comprimento 42 cm, largura 40 cm e altura 7 cm.

#### **2 Anilhas dúctil 1kg**

- Fabricadas com alma de ferro fundido e revestidas com uma grossa camada de PVC, resistência, lavável e com alças para facilitar a pegada, protegida contra oxidação.
- Furo de aproximadamente 3,3 cm.

#### **3 Anilhas dúctil 3kg**

- Fabricadas com alma de ferro fundido e revestidas com uma grossa camada de PVC, resistência, lavável e com alças para facilitar a pegada, protegida contra oxidação.
- Furo de aproximadamente 3,3 cm.

#### **4 Anilhas dúctil 5kg**

- Fabricadas com alma de ferro fundido e revestidas com uma grossa camada de PVC, resistência, lavável e com alças para facilitar a pegada, protegida contra oxidação.
- Furo de aproximadamente 3,3 cm.

#### **5 Anilhas dúctil 10kg**

- Fabricadas com alma de ferro fundido e revestidas com uma grossa camada de PVC, resistência, lavável e com alças para facilitar a pegada, protegida contra oxidação.
- Furo de aproximadamente 3,3 cm.

#### **6 Anilhas dúctil 20kg**

- Fabricadas com alma de ferro fundido e revestidas com uma grossa camada de PVC, resistência, lavável e com alças para facilitar a pegada, protegida contra oxidação.
- Furo de aproximadamente 3,3 cm.

## **7 Apoio para barra (bíceps)**

- Estrutura construída em aço carbono com tubos redondos/oblongos, sem costura, com espessura de 3 mm;
- Tubos curvados com superfícies lisas e sem enrugamento.
- Pintura eletrostática a pó e tratamento químico de superfície, com banho químico de Fosfato de Zinco.
- O suporte contém 02 hastes reguláveis (uma de cada lado), com batentes de borracha para apoio da barra.
- Componentes de fixação, parafusos, arruelas, porcas, anéis elásticos e pinos elásticos com tratamento à base de zinco, o que garante proteção contra corrosão. Dimensões aproximadas: 87 cm x 65 cm x 75 cm (CxLxA);
- Regulagem de altura de apoio de barra.

## **8 Barra “H” (Romana)**

- Barra em formato de H, construída em aço inoxidável maciço (suportes anilhas), alumínio anodizado (estrutura) e aço carbono emborrachado (pegadas).
- Acompanha par de presilhas zincadas. Com batentes de PU para proteger a barra da anilha.

## **9 Barra reta 1,5 m**

- Barra de 1,50 metros com presilhas, maciça e cromada.
- Com batentes de PU para proteger a barra da anilha.

## **10 Barra reta 2,20 m**

- Barra de 2,20 metros com presilhas, maciça e cromada.
- Com batentes de PU para proteger a barra da anilha.

## **11 Barra reta estribo nas pontas**

- Confeccionado de ferro cromado com trefilado de 27,5 mm.
- Fixação de rebite para bater.
- Com batentes de PU para proteger a barra da anilha.

## **12 Barra reta para pulley giratória 0.50m**

- Fabricada em aço carbono, pintada em epóxi e com empunhaduras de borracha.
- Mínimo de 50 cm de comprimento.

## **13 Barra “W”**

- Barra em formato de W, fabricada em aço inox, maciça, recartilhada para melhor pegada,

com limitadores e acompanha as presilhas.

- Pontas com sulcos para melhorar a fixação das presilhas a barra.
- Com batentes de PU para proteger a barra da anilha.

#### **14 Estante/suporte para Dumbell 10 pares**

- Estante com estrutura tubular de aço 3" para suporte de 10 pares de dumbell.
- Em dois níveis para facilitar a pegada dos dumbells.
- Com suportes injetados para que o dumbell fique estático no local.

#### **15 Estante/suporte para anilhas**

- Estante tipo pirâmide com estrutura tubular de 3" com tratamento antiferrugem.
- Ponteiras com emborrachamento em material macio e resistente.
- Com no mínimo 7 ponteiras.
- Os suportes (pinos) guarda distância um do outro, o bastante para permitir a colocação e a retirada de anilhas de 20kg.
- Componentes de fixação, parafusos, arruelas, porcas, anéis elásticos e pinos elásticos com tratamento à base de zinco, o que garante proteção contra corrosão.

#### **16 Estante para barras**

- Estante para barras fabricada em aço carbono com pintura eletrostática anticorrosiva. Com estrutura tubular.
- A base deve ter encaixe para as barras com material emborrachado de alta resistência, assim como na parte superior na qual as barras serão escoradas.
- Capacidade mínima de 6 barras.

#### **17 Estante/suporte para halter – torre 1kg a 10kg**

- Estante tipo pirâmide com estrutura tubular de 3" com tratamento antiferrugem.
- Suporte com emborrachamento em material macio e resistente.
- Com no mínimo 10 espaços de cada lado para halteres de 1 a 10kg.
- Os suportes guardam distância um do outro, o bastante para permitir a colocação e a retirada dos halteres.
- Componentes de fixação, parafusos, arruelas, porcas, anéis elásticos e pinos elásticos com tratamento à base de zinco, o que garante proteção contra corrosão.

#### **18 Halter par 3kg**

- Halter sextavado aferido recoberto por material dúctil, resistente e flexível, com pegada anatômica revestida, confortável, inodora e resistente a corrosão.
- Com indicação do peso.

#### **19 Halter par 4kg**

- Halter sextavado aferido recoberto por material dúctil, resistente e flexível, com pegada anatômica revestida, confortável, inodora e resistente a corrosão.
- Com indicação do peso.

## **20 Halter par 5kg**

- Halter sextavado aferido recoberto por material dúctil, resistente e flexível, com pegada anatômica revestida, confortável, inodora e resistente a corrosão.
- Com indicação do peso.

## **21 Halter par 6kg**

- Halter sextavado aferido recoberto por material dúctil, resistente e flexível, com pegada anatômica revestida, confortável, inodora e resistente a corrosão.
- Com indicação do peso.

## **22 Halter par 7kg**

- Halter sextavado aferido recoberto por material dúctil, resistente e flexível, com pegada anatômica revestida, confortável, inodora e resistente a corrosão.
- Com indicação do peso.

## **23 Halter par 8kg**

- Halter sextavado aferido recoberto por material dúctil, resistente e flexível, com pegada anatômica revestida, confortável, inodora e resistente a corrosão.
- Com indicação do peso.

## **24 Halter par 9kg**

- Halter sextavado aferido recoberto por material dúctil, resistente e flexível, com pegada anatômica revestida, confortável, inodora e resistente a corrosão.
- Com indicação do peso.

## **25 Halter par 10kg**

- Halter sextavado aferido recoberto por material dúctil, resistente e flexível, com pegada anatômica revestida, confortável, inodora e resistente a corrosão.
- Com indicação do peso.

## **2.2. DEMAIS ITENS**

### **26 Espelhos com instalação (m²)**

- Dois Conjuntos de espelhos cristal plano, 4mm, lapidado, fixado com botões franceses, com altura de 1,60m e largura de 7,20m.
- Os espelhos poderão ter no máximo 4 divisões na largura, com cada espelho tendo, no mínimo 1,8 m de largura.

## 27 Piso Plástico flexível - tipo estrado para vestiário (m²)

- Piso Plástico Flexível, também conhecido Estrado Plástico, utilizado em vestiários, com tamanho individual 30x30x1,5cm e encaixe entre as peças.
- Material PVC Reciclado com proteção UV
- Cor preta ou cinza escuro

## 28 Armário/estante colmeia

- Estante em MDF de 15 mm de espessura na cor preta. com 20 nichos de dimensões mínimas de 30 cm de largura, 35 cm de altura e 40 cm de profundidade.
- Com fundo de chapa de MDF 15mm.
- Dimensões mínimas 190 x 96 x 42 cm (AxLxP).

### 3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.1. A empresa vencedora adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

3.2. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

3.3. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, salvo nos casos especificados no Item 2 deste Anexo.

3.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs).

**NÉLSON BREZOLIN ROTTA**

Agente de Polícia Federal  
GTED/SELOG/SR/PF/SC



Documento assinado eletronicamente por **NELSON BREZOLIN ROTTA, Agente de Polícia Federal**, em 22/10/2021, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **20621134** e o código CRC **238DE4E1**.